

PEC45 APROVADA NA CCJ: Simplificação da Tributação sobre o Consumo

IBS x IPI/PIS/COFINS/ICMS/ISS

Nelson Machado
Eurico M. Diniz de Santi
FIESP/SP, 27/05/2019

CCiF – Princípios Escritos na Pedra

PRINCÍPIOS

O **Centro de Cidadania Fiscal** é um *think tank* independente que tem como objetivo contribuir para a simplificação do sistema tributário brasileiro e para o aprimoramento do modelo de gestão fiscal do país.

As diretrizes da atuação do Centro de Cidadania Fiscal são definidas em seu Estatuto, o qual dispõe que:

"Em sua atuação o Centro de Estudos privilegiará medidas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Brasil, visando:

- a) ampliar o potencial de crescimento de longo prazo da economia brasileira;
- b) garantir a sustentabilidade fiscal, de modo a não transferir custo excessivo para as gerações futuras;
- c) fomentar a transparência das ações, planos e políticas de governo;
- d) reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- e) garantir o uso sustentável dos recursos naturais.

O **CCiF** atuará de forma independente e imparcial, tendo como referência os interesses difusos da população brasileira.

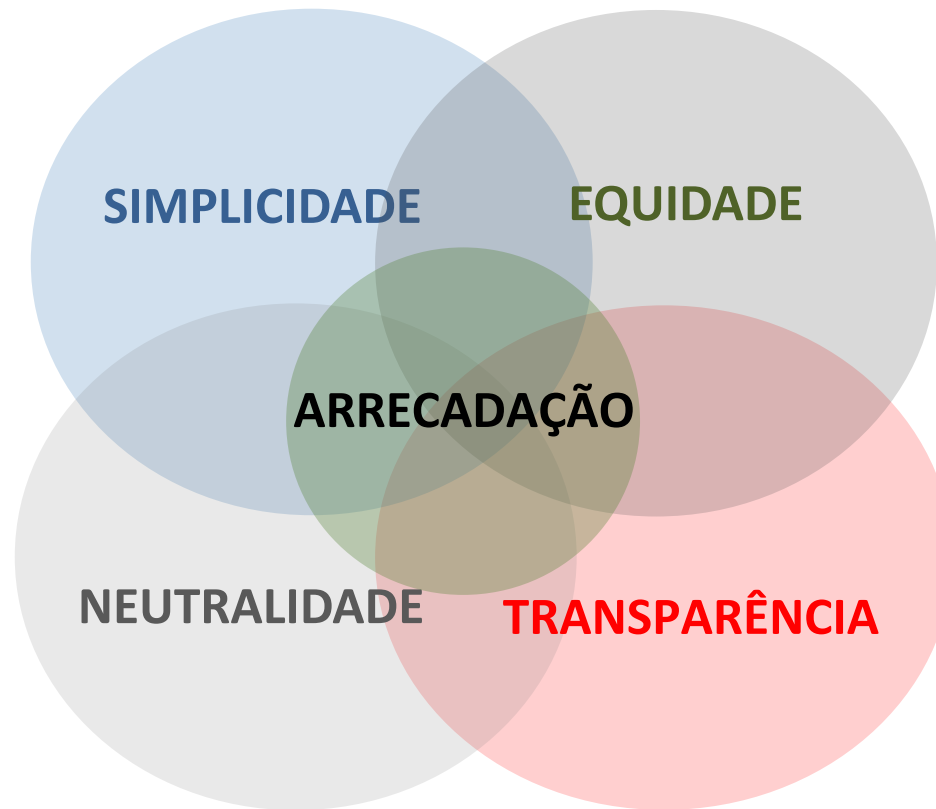
No exercício de suas atividades, o **CCiF** não defenderá o interesse econômico específico de qualquer empresa, grupo ou setor econômico, nem defenderá políticas que reduzam, de qualquer forma, o grau de concorrência na economia brasileira."

Centro de Ciudadania Fiscal



Diretivas para a Reforma Qualidade da Tributação sobre o Consumo

Princípios



Tributação do consumo de bens e serviços IBS

Tributos sobre bens e serviços

Distorções do modelo atual

- Fragmentação da base de incidência entre cinco tributos (ISS, ICMS, PIS, COFINS e IPI).
- Multiplicidade de benefícios fiscais, regimes especiais e alíquotas efetivas.
- Tributação na origem (guerra fiscal)
- Cumulatividade, onerando exportações e investimentos.
- Excesso de finalidades extrafiscais na legislação.

Tributos sobre bens e serviços

Distorções do modelo atual

Principais consequências:

- Organização ineficiente da produção;
- Elevado custo de compliance;
- Alta litigiosidade;
- Tensões federativas.

Proposta de reforma

IBS

Criação de um novo imposto do tipo IVA, que substituiria progressivamente os cinco tributos existentes.

PIS/Cofins/IPI/ICMS/ISS



Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

Transição em dez anos, incluindo um período de teste de dois anos;

Tempo necessário para amortizar os investimentos já realizados e permitir novos investimentos com base no sistema tributário **NOVO**.

Proposta de reforma

Imposto Seletivo

O modelo seria complementado por um **Imposto Seletivo** federal, com incidência monofásica sobre bens e serviços com externalidades negativas (como fumo e bebidas).

- A introdução do Imposto Seletivo se daria progressivamente, paralelamente à transição na introdução do IBS.

Proposta de reforma: IBS

Características do IBS

- Incidência não-cumulativa sobre base ampla de bens e serviços, inclusive cessões e transferências de direitos.
- Desoneração completa das exportações.
- Crédito integral e imediato para investimentos.
- Crédito financeiro (exceção: bens e serviços de uso ou consumo pessoal).

Proposta de reforma: IBS

Características do IBS

11

- Ressarcimento tempestivo de créditos (60 dias).
- Incidência sobre o preço líquido de tributos.
- **Arrecadação unificada e distribuição automática da receita entre os entes federados.**

Proposta de reforma: IBS

Características do IBS

12

Alíquota e regimes especiais:

■ Alíquota única

- Proposta é politicamente complexa, mas benefícios são grandes (menor complexidade, redução da elisão e do contencioso e maior transparência);
 - A redução da alíquota para qualquer setor implica em alíquota mais elevada para os demais;
- #### ■ O IBS deve ter o mínimo de regimes especiais;
- Substituição tributária limitada a poucos bens.

Proposta de reforma: IBS

Estados e Municípios

13

- **Autonomia federativa** na fixação da parcela estadual e municipal da alíquota do IBS:
 - Alíquota poderá ser fixada acima ou abaixo da alíquota de referência (que é a que garante a manutenção da receita total do ICMS e ISS);
 - Operações interestaduais e intermunicipais: alíquota do destino.

Proposta de reforma: IBS

Formação da alíquota e distribuição da receita

14

- A alíquota do IBS (percebida pelo contribuinte) será soma de várias alíquotas singulares:
 - **Federais**, correspondentes às destinações atuais do PIS, Cofins e IPI;
 - **Estaduais** (destinações atuais do ICMS);
 - **Municipais** (destinações atuais do ISS).

Proposta de reforma: IBS

Extrafiscalidade

15

- O objetivo do IBS deve ser o de arrecadar.
- Outros objetivos de políticas públicas podem ser alcançados de forma mais eficiente através de outros instrumentos (como recursos orçamentários):
 - Sociais (desoneração da cesta básica);
 - Regionais (Zona Franca de Manaus);
 - Setoriais.

Proposta de reforma: IBS

NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Redução das desigualdades regionais exige reforço da Política de Desenvolvimento Regional:
 - Aplicação em mecanismos eficientes de redução das desigualdades regionais, como infraestrutura e qualificação de trabalhadores.

Proposta de reforma: IBS

Formação da alíquota e distribuição da receita

- Alíquotas singulares poderão ser alteradas por lei da respectiva unidade federada (observadas algumas restrições);
 - Modelo reduz muito a rigidez orçamentária;
 - Maior transparência para os contribuintes.

Proposta de reforma: IBS

Formação da alíquota e distribuição da receita

18

	Alíquota Singular	Tributo Atual
Gerenciável pela União	9,2%	
Parcela Federal		
Livre	2,90%	PIS/Cofins/IPI
Seguridade Social	4,63%	Cofins
FAT - Seg. Des. e Abono	0,58%	PIS
FAT - BNDES	0,39%	
Fundos Regionais	0,04%	IPI
Parcela Estadual		
Educação	0,09%	
Saúde	0,04%	
Livre	0,22%	
Parcela Municipal		
Educação	0,08%	
Saúde	0,05%	
Livre	0,20%	

Proposta de reforma: IBS

Formação da alíquota e distribuição da receita

19

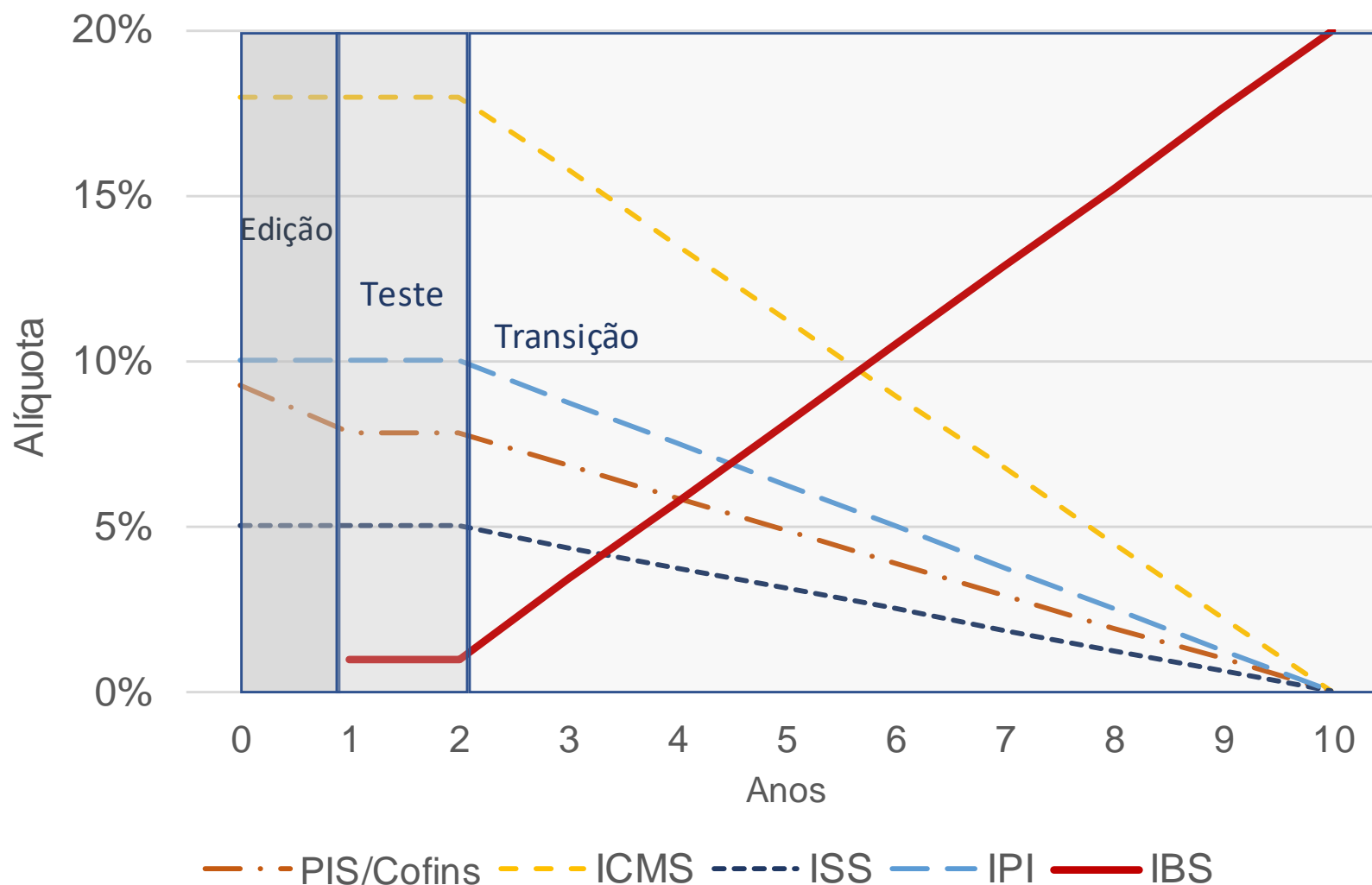
	Alíquota Singular	Tributo Atual
Gerenciável pelos Estados	13,8%	
Parcela Estadual		ICMS
Educação	2,58%	
Saúde	1,24%	
Livre	6,51%	
Parcela Municipal		
Educação	0,86%	
Saúde	0,52%	
Livre	2,07%	
Gerenciável pelos Municípios	2,0%	
Parcela Municipal		ISS
Educação	0,50%	
Saúde	0,30%	
Livre	1,21%	
Total	25,00%	

DUAS TRANSIÇÕES:

1. Transição de 10 anos para o contribuinte e para a sociedade, garantindo Segurança Jurídica e respeito aos incentivos e contratos decorrentes da Guerra Fiscal;
2. Transição dos critérios de distribuição entre os entes federativos, garantindo o fluxo de receita pelo critério atual por 20 anos e mais 30 de transição para o novo critério do destino.

1. Transição de 10 anos para o contribuinte, garantindo Segurança Jurídica e respeito aos incentivos e contratos decorrentes da Guerra Fiscal

21



2. Transição do critério de distribuição entre os entes federativos, garantindo o fluxo de receita pelo critério atual por 20 anos e mais 30 de transição para o novo critérios do destino.

- Transição na distribuição federativa da receita será de 50 anos:
 - Primeiros 20 anos apenas o crescimento real da receita seria distribuído pelo novo critério – Destino.
 - Nos 30 anos seguintes haverá convergência para o novo critério de distribuição da receita

**DEZ ESTRATÉGIAS PARA
SIMPLIFICAÇÃO E
UNIFORMIDADE DESENHO
JURÍDICO, EM TODO
TERRITÓRIO NACIONAL**

Quarta-feira 22 DE MAIO DE 2019 R\$ 5,00

ANO 139 N

Caderno 2

Conquista inédita

Chico Buarque é o primeiro músico a ganhar o Prêmio Camões. **(PÁG. C1)**



Câmara avança com reforma tributária própria

Sem esperar por texto elaborado pelo governo, deputados votarão na CCJ projeto de Baleia Rossi

Aposta do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e de líderes do Centro para mostrar que o Congresso tem agenda econômica própria, a proposta de reforma tributária apresentada pelo líder do MDB, Baleia Rossi (SP), deve ser votada hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em conversas reservadas, Maia e os líderes partidários avaliam que Jair Bolsonaro quer colocar a população contra o Congresso e, dessa forma, articular a reação, sem esperar pelo texto de reforma que está sendo elaborada pela equipe econômica. O presidente da Câmara, no entanto, tem acordo com o ministro da Economia, Paulo

Outra ideia

A proposta em elaboração pela equipe econômica inclui apenas a unificação dos tributos federais e deixa Estados e municípios para um segundo momento. **(PÁG. B3)**

Guedes, para que a discussão só vá a plenário após a votação da reforma da Previdência. O projeto de Baleia Rossi é baseado em propostas do economista Bernard Appy e tem como ideia central a unificação de cinco tributos: IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS em um imposto cobrado no local onde o produto é consumido. **ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3**

Política



Franciscini: "Se o governo quiser [modificar o texto], vai ter que encontrar um deputado para sugerir emendas"

Congresso Ausência do secretário da Receita em audiência pública desagradou integrantes da comissão

CCJ da Câmara libera tramitação da reforma tributária

Renan Truffi e Raphael Di Couto de Brasília

Em mais um episódio marcado por desentendimentos entre congressistas e integrantes do governo Jair Bolsonaro, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a admissibilidade da proposta de reforma tributária, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Os parlamentares decidiram referendar, em votação simbólica, parecer do deputado João Roma (PBB-BA), que recomendava a aprovação da matéria. Agora a proposta de emenda constitucional (PEC) seguirá para análise de uma comissão especial sobre o assunto.

A proposta foi aprovada mesmo diante das intenções da equipe econômica de apresentar uma proposta sobre o assunto. Há alguns meses, o secretário Especial da Receita Federal, Marcos Cintra, vem dizendo publicamente que o Ministério da Economia prepara um texto para unificação de alguns tributos, mas o conteúdo desse projeto ainda é desconhecido aos parlamentares.

A votação marcada para ontem foi precedida por uma audiência pública sobre o mesmo assunto, para qual Cintra havia sido convidado. O secretário, no entanto, não apareceu. A ausência dele desagradou integrantes da comissão. Franciscini afirmou que "não entendi" os motivos de Cintra e que só foi avisado 20 minutos depois do início dos trabalhos.

Além disso, Franciscini disse que não irá pautar a admissibilidade de uma nova proposta de reforma tributária, caso a equipe econômica decida apresentar, de fato, um projeto diferente do que está tramitando na Casa. Ele afirmou que, se o governo quiser sugerir mudanças em outros tributos, precisará fazer isso por emenda. "Eu não vou pautar duas admissibilidades [de reforma tributária]. Se o governo quiser [modificar o texto], vai ter que encontrar um deputado para sugerir alguma emenda", disse.

Deputados da comissão relataram ao Valor, em condição de anonimato, que Cintra teria se ausentado por sugestão do ministro da Economia, Paulo Guedes. O objetivo seria evitar "algum ruído" já que o governo ainda está estudando o assunto. A assessoria de imprensa do Ministério da

Economia nega que Guedes tenha feito esse pedido.

Ao final da sessão, Franciscini, que é do PSL, ainda defendeu a apuração pelo Centro. "Não podemos generalizar e eu falo isso para os meus eleitores e para todos os meus amigos do PSL. Há nos partidos de centro uma grande maioria de deputados que não é contra ou a favor do governo. É preciso ter consensos e diálogo", disse o deputado.

A PEC aprovada cria um novo imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em substituição aos atuais impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Segundo o deputado Baleia Rossi, a ideia é que, no início do segundo semestre, quando a reforma previdenciária for votada em plenário, a reforma tributária também esteja pronta para ser apreciada pelos parlamentares.

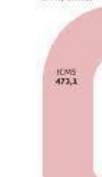
A24 QUINTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2019
mercado

Reforma tributária idealizada por Bernard Appy avança na Câmara

Entenda o que muda com a proposta desenvolvida pelo CCJ (Centro de Cidadania Fiscal) e encampada pelos deputados

Como é hoje	ICMS	PIS/Cofins (sobre tributos)	ISS
De quem é cobrado?	De indústrias e dos fabricantes de combustíveis, distribuidores de energia elétrica e empresas de telefonia	Todas empresas. Por exemplo: a empresa que vende madeira, a empresa que fabrica uma cadeira com madeira e a loja que vende a cadeira de madeira	Prescritores de serviço em geral, como por exemplo bancos e planos de saúde
Quem cobra?	Estados (parte é repassada com as prefeituras)	União	Municípios
Onde é cobrada?	27 diferentes legislações, cada qual com a sua especificidade sobre setores e atividades econômicas (descontos de imposto) (concordância se multiplicarem sem controle nos últimos anos)	São variadas e subjetivas as regras sobre como descontar o valor do imposto que já foi pago sobre etapas posteriores de produção	Diversas sobre local onde deve ser pago o imposto. Nas cidades onde não há consumo, os municípios onde estão os prestadores de serviço
Qual é a alíquota?	Varia segundo o produto e o estado; em SP, a mais comum é de 18%	7,6% (PIS) e 1,65% (Cofins)	de 2% a 5%

Quanto arrecadam em R\$ bilhões?



O que deve mudar?

Os cinco impostos devem ser substituídos por um único, com aumento a carga tributária

A previsão é que a mudança reduza a sonegação e a complexidade do sistema atual, e elimine benefícios fiscais

O texto, que irá para a fase de comissão especial, é articulado pelo Legislativo, sem a ajuda do governo federal. Congressoistas próximos ao presidente da CCJ, Felipe Franchini (PSL-PR), dizem que ele tem se irritado com a falta de envolvimento do Planalto. O deputado temo marcar, sem sucesso, encontros com a equipe econômica para a apresentação do relatório.

Assim, o projeto da proposta de emenda constitucional (PEC) da CCJ, do Centro de Cidadania Fiscal, por meio de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de Baleia Rossi (MDB-SP) e visto como um recado do Parlamento.

Deputados tentam mostrar que podem fazer sua própria agenda e não precisam depender do governo federal. Segundo Cintra, outros textos devem ser apresentados na discussão tributária. Além de discutir a tributação, há a revisão da desconexão da folha de pagamentos. "Desconexão da folha é outra coisa que precisamos resolver", diz.

Segundo Cintra, o Planalto não quer apresentar "projetos prioritários" para depois apresentar a proposta de reforma da estrutura tributária.



Sem aval do governo, CCJ aprova texto da reforma tributária

Em recado de parlamentares à articulação do Planalto, texto que unifica impostos vai para comissão especial

Angela Boldrin e Talita Fernandes

Senador. A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a admissibilidade da proposta de reforma tributária, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Os parlamentares decidiram referendar, em votação simbólica, parecer do deputado João Roma (PBB-BA), que recomendava a aprovação da matéria. Agora a proposta de emenda constitucional (PEC) seguirá para análise de uma comissão especial sobre o assunto.

A proposta foi aprovada mesmo diante das intenções da equipe econômica de apresentar uma proposta sobre o assunto. Há alguns meses, o secretário Especial da Receita Federal, Marcos Cintra, vem dizendo publicamente que o Ministério da Economia prepara um texto para unificação de alguns tributos, mas o conteúdo desse projeto ainda é desconhecido aos parlamentares.

A votação marcada para ontem foi precedida por uma audiência pública sobre o mesmo assunto, para qual Cintra havia sido convidado. O secretário, no entanto, não apareceu. A ausência dele desagradou integrantes da comissão. Franciscini afirmou que "não entendi" os motivos de Cintra e que só foi avisado 20 minutos depois do início dos trabalhos.

Além disso, Franciscini disse que não irá pautar a admissibilidade de uma nova proposta de reforma tributária, caso a equipe econômica decida apresentar, de fato, um projeto diferente do que está tramitando na Casa. Ele afirmou que, se o governo quiser sugerir mudanças em outros tributos, precisará fazer isso por emenda. "Eu não vou pautar duas admissibilidades [de reforma tributária]. Se o governo quiser [modificar o texto], vai ter que encontrar um deputado para sugerir alguma emenda", disse.

Para Cintra, o importante é a reforma da Previdência. "Assim que ela estiver bem encaminhada, como disse o presidente, vamos dar nossa contribuição relativa aos impostos federais. E, nesse ínterim, apoiaremos Legislativo e o projeto avaliado hoje".

Comissão do Senado aumenta parcela dos estados no Orçamento

BRASÍLIA. A CCJ do Senado aprovou, nesta quarta (22), PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que aumenta a fatia dos estados no Orçamento da União. Pelo texto, aprovado, que passará pelo plenário do Senado antes de ir para a Câmara, a parcela impositiva do Brasil de 1994 para o governo federal do PPE (Partido de Participação dos Trabalhadores) sobe de 32,1% para 36%.

O avanço da PEC cria um dos eixos centrais da agenda governamental apresentada a Jair Bolsonaro em 6 de maio. O projeto também prevê a implementação imediata do Plano Mansueto, programa que visa permitir que estados em dificuldade possam tomar dinheiro em empréstimos na União.

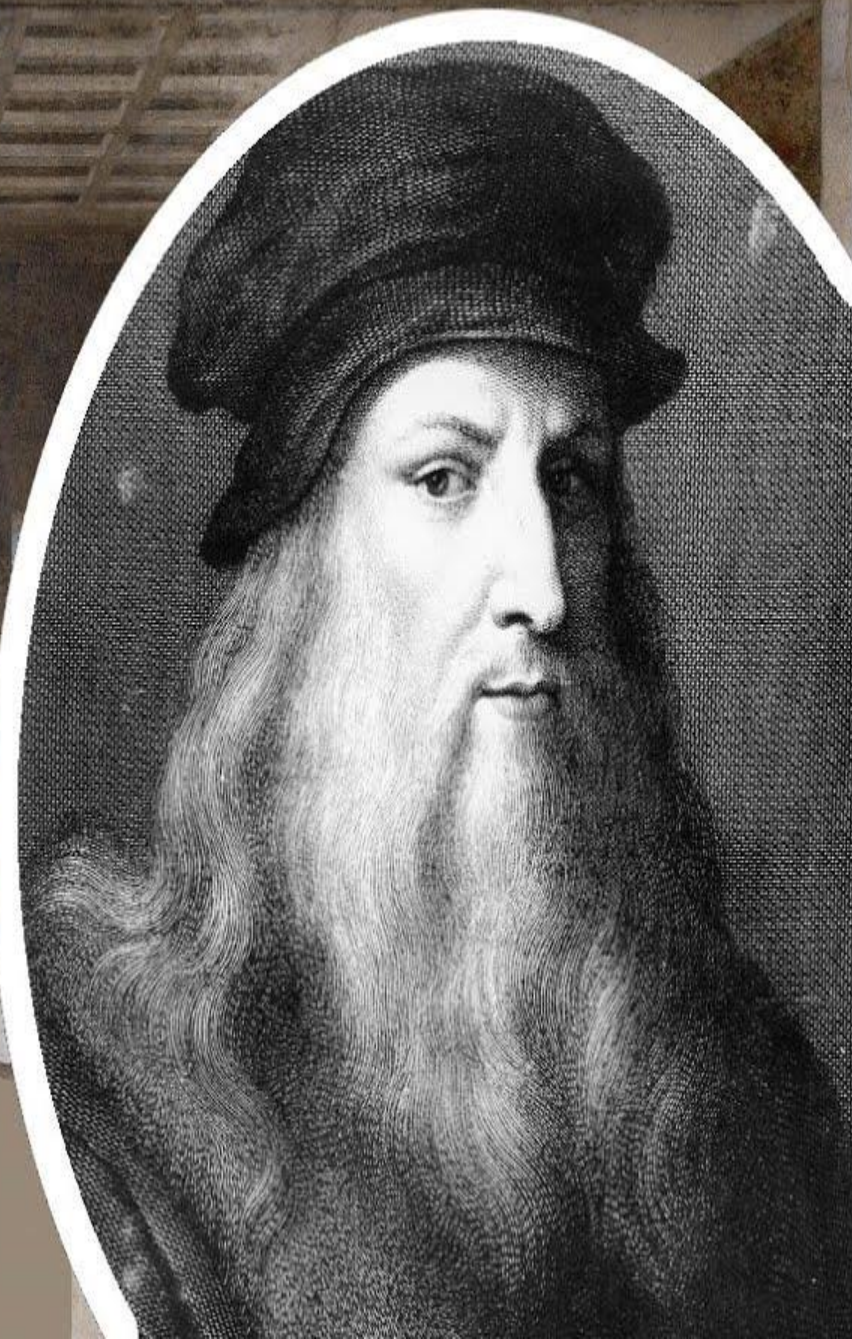
A lista de cobranças trata a votação da Lei Kandir, que garante a compensação por perda na arrecadação tributária decorrente da desoneração de exportações. Os governadores ainda defendem que o Fundo (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) seja permanentemente fonte constitucional. O projeto também prevê a regularização da segurança jurídica dos estados e a garantia de repasses federais dos recursos da cotação e de bens de uso comum e de bens de uso particular dos estados.

O autor da proposta aprovado na comissão, senador Carlos Brazão (PSB-PA), diz que o objetivo da PEC é regularizar as relações federativas. Daniel Cavalcanti

Comissão do Senado aprova aumento de parcelas do IR e IPI para Estados

“A SIMPLICIDADE
É A MAIOR DAS
SOFISTICAÇÕES”

Leonardo
da Vinci



1ª SIMPLIFICAÇÃO PELA ELIMINAÇÃO DE EXCEÇÕES E BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
TEM competência para tributar circulação de Mercadorias	TEM competência para tributar circulação de Mercadorias	Não Tem competência para tributar circulação de Mercadorias
TEM competência para tributar serviços	NÃO tem competência para tributar serviços	Tem competência para tributar serviços

1ª SIMPLIFICAÇÃO: ELIMINAÇÃO DE EXCEÇÕES E BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
TEM competência para tributar circulação de Mercadorias	TEM competência para tributar circulação de Mercadorias	Não Tem competência para tributar circulação de Mercadorias
TEM competência para tributar serviços	NÃO tem competência para tributar serviços	TEM competência para tributar serviços

1ª SIMPLIFICAÇÃO PELA ELIMINAÇÃO DE EXCEÇÕES E BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
TEM competência para tributar circulação de Mercadorias	TEM competência para tributar circulação de Mercadorias	Não Tem competência para tributar circulação de Mercadorias
TEM competência para tributar serviços	NÃO tem competência para tributar serviços	Tem competência para tributar serviços

DESCENTRALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA *ex vi* do Art. 60 §4º, I da CF88

- Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- (...)
- § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
 - I - a forma federativa de Estado;
 - II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
 - III - a separação dos Poderes;
 - IV - os direitos e garantias individuais.

2ª SIMPLIFICAÇÃO PELA UNIFORMIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA BASE TRIBUTÁRIA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS, FORTALECENDO A FEDERAÇÃO

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
TEM competência para tributar circulação de Mercadorias	TEM competência para tributar circulação de Mercadorias	TEM competência para tributar circulação de Mercadorias
TEM competência para tributar serviços	TEM competência para tributar serviços	Tem competência para tributar serviços

3ª SIMPLIFICAÇÃO: UNIFORMIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL

Lei Nacional institui imposto:
FG, SP, BC e Sanções (sem diferenciações)

Lei ordinária federal define alíquota única federal para TODOS os bens/serviços	Leis ordinárias Estaduais definem as alíquotas de cada Estado	Leis ordinárias Municipais definem as alíquotas de cada Município
UNIÃO 9%	ESTADOS 14%	MUNICÍPIOS 2%

Base NACIONAL de tributação sobre bens e serviços, compartilhada pela União, Estados e Municípios

25%

NOTA FISCAL:

Iphone:
R\$ 10.000 +
25% IBS
= R\$ 12.500

União: 9%
900 reais

EstadoSP: 14%
1400 reais

MunicípioSP: 2%
200 reais

LEI COMPLEMENTAR N. XXXX

VERSÃO 1.1

3 de outubro de 2017

Art. 1º. Fica instituído o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será disciplinado exclusivamente por esta lei, ressalvada a autonomia da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para fixação e alteração de suas alíquotas.

CAPÍTULO I – Fato Gerador

Art. 2º O IBS incide sobre as operações onerosas de:

- I – transferência de bens;
- II – prestação de serviços;
- III – cessão ou o licenciamento de direitos de uso; e
- IV – importação de bens, serviços e direitos.

§1º O IBS incidente sobre a importação de bens tangíveis será devido no momento do desembaraço aduaneiro.

§2º O IBS incidente sobre a importação de serviços e de direitos será devido no momento da conclusão da operação de aquisição.

§3º É irrelevante para a caracterização do fato gerador do IBS a existência de uma ou mais hipóteses de incidência na mesma operação.

Seção II – Contribuintes e Responsáveis

Art. 3º. O contribuinte do IBS é aquele que pratica o fato gerador.

Parágrafo único. Não serão considerados contribuintes do IBS aqueles que tiverem faturamento anual inferior ao limite fixado pelo art. XX.

Art. 4º. Serão responsáveis pelo recolhimento do IBS aqueles previstos nos artigos 124, I e 129 a 137 do Código Tributário Nacional, nos estritos limites previstos nesses artigos, em conformidade com o art. 146, III, da Constituição Federal.

Seção III – Base de Cálculo

Art. 5º. A base de cálculo do IBS é o valor das operações indicadas no art. 2º (fatos geradores).

Art. 6º. Não integram a base de cálculo do IBS:

- I – o montante do próprio IBS;
- II – os descontos incondicionais; e
- III – XXX

Art. 7º. A base de cálculo do IBS na importação incluirá o seguro, o frete, os tributos e os demais custos da importação e será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada para o cálculo do imposto de importação.

Seção IV – Alíquota

Art. 8º A alíquota do IBS será composta pelo somatório das alíquotas fixadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

Art. 9º. A alíquota do IBS de cada ente federativo será composta pelo somatório das alíquotas fixadas para a parcela livre e as parcelas vinculadas, de acordo com os art. XX da Constituição Federal.

Art. 10. Nas operações interestaduais e intermunicipais deve ser aplicada a alíquota do Estado do município e do estado de destino.

Art. 11. Não são permitidas diferenciações de alíquotas entre bens, serviços e direitos.

Seção V – Não-Cumulatividade

Art. 12. O IBS incidente na aquisição de bens, serviços e direitos constitui crédito na apuração do IBS devido, exceto o relativo a bens, serviços ou direitos sem nexos com a atividade comercial.

Parágrafo único. Caso o contribuinte verifique, em momento posterior à aquisição, que o bem, serviço ou direito não será utilizado na atividade empresarial, o crédito será estornado.

Art. 13. A aquisição de bens, serviços e direitos não tributados não dá direito a crédito.

Art. 14. O direito de apropriar-se dos créditos extingue-se em 5 (cinco) anos contados da data de emissão do documento fiscal de aquisição do bem, serviço ou direito.

Seção VI – Incentivos e Benefícios

Art. 19 O IBS não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação das alíquotas nominais.

4ª SIMPLIFICAÇÃO: UNIFORMIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

NOVO FEDERALISMO COOPERATIVO



Consórcio Brasil Central

DADOS GERAIS DO BRASIL CENTRAL

Área 2019

2,5 milhões de km²
28,8% do Brasil

População 2019

26,6 milhões
12,7% do Brasil

Municípios 2019

875
15,7% do Brasil

PIB 2016

R\$ 789.202 bilhões
12,59% do Brasil



Milho

81%

Carne Bovina

79%

Farelo de Soja

51%

Soja

44%

Celulose

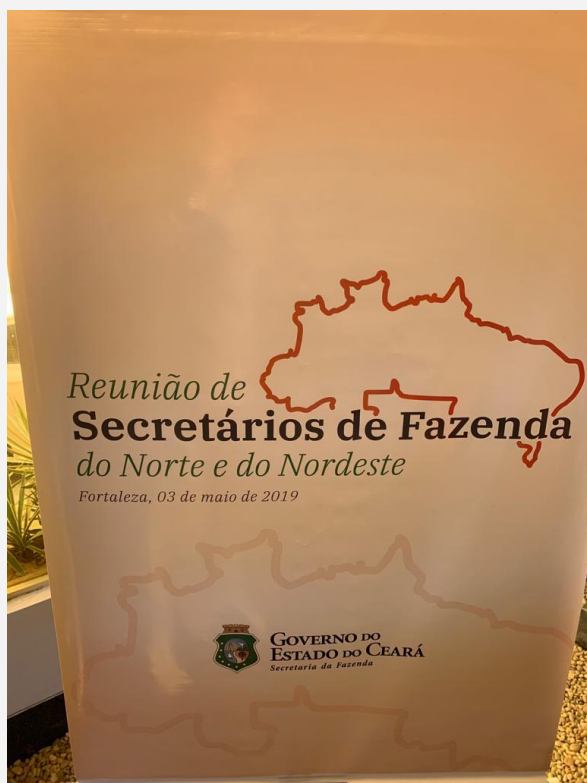
34%

**PARTICIPAÇÃO DO BrC NAS
EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS
PRODUTOS BRASILEIROS (2018)**

Fonte: MDIC, IBGE, COMEX STAT



Consórcio Norte/Nordeste



FEDERALISMO COOPERATIVO



VERSÃO IMPRESSA

Secretários da Fazenda vão apresentar proposta de reforma Tributária em 60 dias

| Confaz | Encontro de secretários da Fazenda do Norte e Nordeste vai ajudar na formulação da PEC ao Congresso

04/05/2019 01:38:15

13 0



ENCONTRO dos secretários de Fazenda sobre a reforma Tributária (Foto: FOTOS RACHEL LIMA/DIVULGAÇÃO)

Uma proposta de reforma tributária deve ser lançada em até 60 dias pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) ao Congresso Nacional. Durante a Reunião de Secretários de Fazenda do Norte e Nordeste, realizada na sede da Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz-CE), em Fortaleza, foram realizados alinhamentos sobre questões fiscais e econômicas, além de acolhimento de sugestões de propostas para a futura Proposta de Emenda à Constituição (PEC).



Alugue Boxes de 1 a 250m²

Guarde tudo o que precisar. Contratos mensais sem taxa de cancelamento. Conheça.



Mais Lidas



Edição do Dia

Acesse a versão impressa





COSUD

Consórcio de Integração Sul e Sudeste


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO



Seção VII – Penalidades

§1º Multa pelo NÃO PAGAMENTO.

§2º Multa por DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO
ACESSÓRIA.

§3º Multa pelo CREDITAMENTO INDEVIDO.

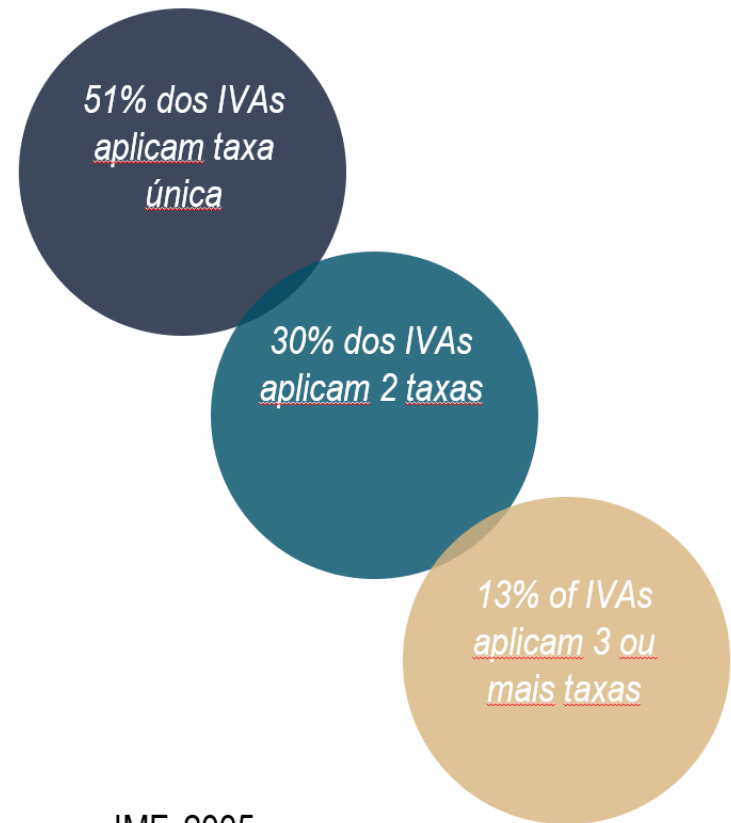
5ª SIMPLIFICAÇÃO: ALÍQUOTA UNIFORME PARA TODOS OS BENS/SERVIÇOS NOS ENTES FEDERADOS

1. Acaba com a diferença entre bens/serviços;
2. Acaba com os custos de lobbies pela diferença entre setores por legalidades distintas;
3. Transparência: informa ao consumidor-eleitor quanto paga no consumo, retirando as empresas desse debate.

5ª SIMPLIFICAÇÃO: ALÍQUOTA UNIFORME PARA TODOS OS BENS/SERVIÇOS NOS ENTES FEDERADOS

IVAs mais antigos (Europa):
Tendem a aplicar múltiplas taxas reduzidas
Alguns (raros) conseguem implementar reforma com taxas única (Colombia)

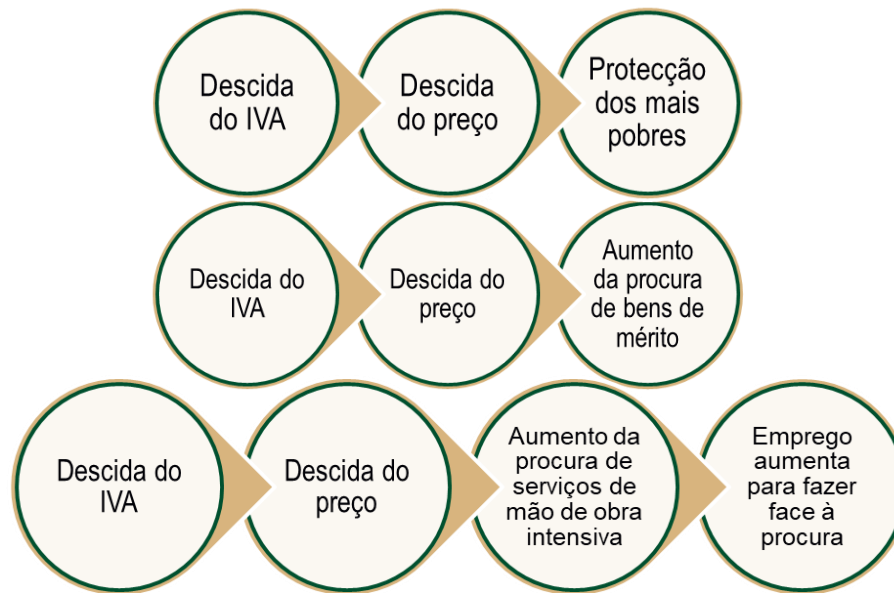
IVAs mais recentes (pós 1980s)
Tendem a aplicar taxas únicas, embora muitos apliquem isenções
Mas há excepções (China)



IMF, 2005

5ª SIMPLIFICAÇÃO: ALÍQUOTA UNIFORME PARA TODOS OS BENS/SERVIÇOS NOS ENTES FEDERADOS

**Redução de alíquota NÃO faz os PREÇOS DESCEREM,
Não aumenta a procura de bens nem gera emprego:**



6ª CRÉDITO FINANCEIRO: Incidência não-cumulativa sobre base ampla de bens e serviços, inclusive cessões e transferências de direitos;

7ª Crédito IMEDIATO SEM RESTRIÇÕES para investimentos;

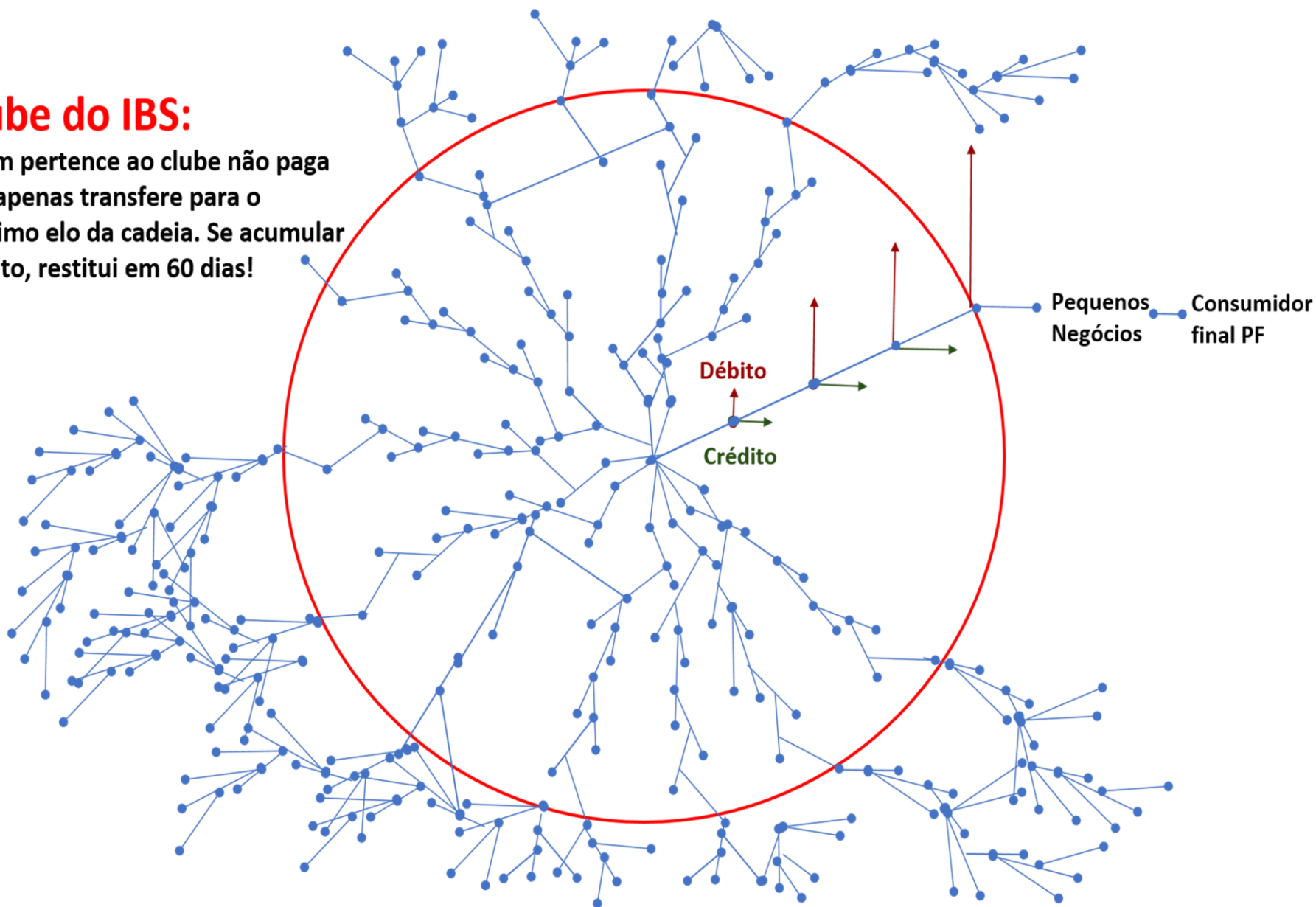
8ª Ressarcimento tempestivo de créditos (60 dias)

9ª Incidência sobre o preço líquido de tributos (alíquota por fora);

10ª Obrigação ACESSÓRIA ÚNICA: EMITIR NOTA FISCAL ELETRÔNICA.

Clube do IBS:

Quem pertence ao clube não paga IBS, apenas transfere para o próximo elo da cadeia. Se acumular crédito, restitui em 60 dias!



**SIMPLIFICAÇÃO DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL:
REDUZ 1/3 DOS DISPOSITIVOS
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO
CONSTITUCIONAL**

Art. 146-B. Lei complementar instituirá imposto único sobre bens e serviços, uniforme em todo o território nacional, cabendo à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exercer sua competência exclusivamente por meio da alteração da alíquota.

JUSTIFICATIVA: o caput do art. 146-B estabelece que o IUBS será instituído por lei complementar, de caráter nacional, a exemplo do que ocorre com a Lei Complementar nº 116, que uniformizou a incidência do imposto sobre serviços (ISS). Entretanto, diferentemente do que ocorre com o ISS, a competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Município somente será exercida por meio da alteração de suas alíquotas. Não é permitida qualquer outra disposição relativa ao IUBS na legislação dos entes federativos, garantindo-se efetividade à uniformidade nacional do imposto e, ao mesmo tempo, autonomia financeira dos entes na gestão de seus orçamentos (preservação do pacto federativo).

DOS IMPOSTOS DA UNIÃO

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III - renda e proventos de qualquer natureza;

~~IV - produtos industrializados;~~

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar;

VIII - bens e serviços, nos termos da lei complementar referida no art. 146-B, cabendo à União exercer sua competência exclusivamente para alterar sua alíquota, mediante lei.

JUSTIFICATIVA: a proposta do IUBS supera o obstáculo de reformas tributárias tendentes a abolir o pacto federativo, pois amplia a base tributável de Municípios, Estados, Distrito Federal e União, permitindo que todos tributem bens e serviços, e lhes confere o poder de fixar sua própria alíquota.

DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;

~~II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;~~

III - propriedade de veículos automotores.

IV - bens e serviços, nos termos da lei complementar referida no art. 146-B, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal exercer sua competência exclusivamente para alterar sua alíquota, mediante lei.

JUSTIFICATIVA: a proposta do IUBS supera o obstáculo de reformas tributárias tendentes a abolir o pacto federativo, pois amplia a base tributável de Municípios, Estados, Distrito Federal e União, permitindo que todos tributem bens e serviços, e lhes confere o poder de fixar sua própria alíquota.

~~2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:~~

~~I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;~~

~~II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:~~

~~a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;~~

~~b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;~~

~~III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;~~

~~IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;~~

~~V - é facultado ao Senado Federal:~~

~~a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;~~

~~b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;~~

~~b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;~~

~~X - não incidirá:~~

~~a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;~~

~~b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;~~

~~c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;~~

~~d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita;~~

~~XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;~~

~~XII - cabe à lei complementar:~~

~~a) definir seus contribuintes;~~

~~b) dispor sobre substituição tributária;~~

~~c) disciplinar o regime de compensação do imposto;~~

~~VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;~~

~~VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual;~~

~~a) (revogada);~~

~~b) (revogada);~~

~~VIII - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída:~~

~~a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;~~

~~b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto;~~

~~IX - incidirá também:~~

~~a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;~~

- ~~d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;~~
- ~~e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, "a";~~
- ~~f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;~~
- ~~g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados;~~
- ~~h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b;~~
- ~~i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço.~~

~~§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.~~

DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

~~III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.~~

IV - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

V - bens e serviços, nos termos da lei complementar referida no art. 146-B, cabendo aos Municípios exercerem sua competência exclusivamente para alterar sua alíquota, mediante lei.

JUSTIFICATIVA: a proposta do IUBS supera o obstáculo de reformas tributárias tendentes a abolir o pacto federativo, pois amplia a base tributável de Municípios, Estados, Distrito Federal e União, permitindo que todos tributem bens e serviços, e lhes confere o poder de fixar sua própria alíquota.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

~~b) a receita ou o faturamento;~~

~~(...)~~

~~IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.~~

~~§ 12. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes na forma dos incisos I, b; e IV do caput, serão não-cumulativas.~~

~~§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.~~



Muito obrigado!

Eurico Marcos Diniz de Santi eurico@ccif.com.br

Nelson Machado nelson@aprimora.com.br